



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Fred Costa
Relator

Apresentação: 08/05/2024 20:05:47.303 - PLEN
PRLP 6 => PL 13/2022

PRLP n.6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2022

Dispõe sobre o transporte aéreo
de animais de estimação em voos
domésticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o transporte aéreo de animais de
estimação em voos domésticos.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, consideram-se animais de
estimação os cães e os gatos.

Art. 2º As empresas de transporte aéreo de passageiros que
oferecerem o serviço de transporte de animais de estimação ficam
obrigadas a oferecer o serviço de rastreamento dos animais por elas
transportados.

Art. 3º O rastreamento deverá ser realizado durante todo o trajeto
da viagem, até o momento da entrega ao tutor, ressalvadas as restrições
técnicas que impossibilitem o serviço.

Art. 4º O rastreamento dos animais de estimação configurará
contrato acessório oferecido pelo transportador.

Parágrafo único. O serviço de rastreamento poderá ser realizado
pelo próprio tutor do animal transportado.

Art. 5º Os animais de estimação deverão ser transportados dentro
da cabine da aeronave.



* C D 2 4 5 0 2 7 1 6 2 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 1º. Os animais de estimação deverão viajar na cabine em condições confortáveis, garantindo-se a segurança de todos os passageiros, inclusive a dos animais.

§ 2º. A empresa aérea poderá se negar a realizar o transporte dos animais de estimação, em caso de risco à saúde do animal, de segurança e de restrições operacionais.

Art. 6º Os aeroportos com operação anual superior a 600.000 (seiscentos mil) passageiros deverão dispor de médico-veterinário para acompanhar todos os procedimentos relacionados ao embarque, acomodação e desembarque dos animais, certificando o atendimento das condições de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O critério definido no caput deverá ser apurado com base na média anual de passageiros nos últimos três anos.

Art. 7º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado Fred Costa
Relator

